



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO Nº 04.29.001/2025
CONTRATO Nº DISP 04.29.001/2025

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL INFANTIL DESTINADO PARA O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROTEIRO, E A EMPRESA ARYLANNY ARYZY CALHEIROS DE AMORIM – BABY HOUSE

O **MUNICÍPIO DE ROTEIRO** com sede na Rua João Pedro, 551, Centro, CEP 57.257-000, na cidade de Roteiro, Estado de Alagoas, inscrita no CNPJ sob o nº 12.264.248/0001-49 neste ato representada pelo por sua Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. Adriana da Silva Muniz dos Santos**, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF sob o nº 045.420.844-85, com delegação conferida pela **Portaria nº 59/2025**, publicada no Diário Oficial do Município de Roteiro no dia **12 de fevereiro de 2025**, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **ARYLANNY ARYZY CALHEIROS DE AMORIM – BABY HOUSE**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.972.981/0001-52**, com sede na **AV. NORMA PIMENTEL DA COSTA, 929, QUADRA B 52 ANEXO 938, BENEDITO BENTES**, CEP **57.084-650**, no Município de **MACEIÓ-AL**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **ARYLANNY ARYZY CALHEIROS DE AMORIM**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **99001251413 SSP-AL** e CPF nº **008.002.374-63**, e-mail: lannycalheiros@hotmail.com e telefone: **(82) 98870-2151**, tendo em vista o que consta no Processo nº 04.29.001/2025, e o resultado final da Dispensa de licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Art. 75, II), e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de kit enxoval infantil destinado para o programa criança feliz, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	---------	--------	----------------	-------------

44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

1	Toalhas de banho - Cores variadas, antialérgicas, RN, infantil, composição de tecido 100% algodão felpudo com capuz, medindo largura x comprimento (0,70 x 0,70 cm). Sendo podendo ser nas cores azul, verde, rosa, amarelo, conforme escolha da administração. Liso, borda em revel, malha resistente a processo de lavagem industrial.	UNIDADE	100	R\$21,40	R\$2.140,00
2	Tesoura para unhas de bebê - Em Aço Inox Ponta arredondada. Dimensões: 8cm, larg. 4cm, alt.0,3 cm, peso 13g.	UNIDADE	100	R\$16,66	R\$1.666,00
3	Fralda Descartável - Tipo formato: anatômico, Tamanho: P. Peso usuário: de 3,5kg à 6kg. Características adicionais: flocos de gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo. Fixação: fitas adesivas multiajustáveis. Embalagem deve conter de 9 à 11 unidades.	PACOTE	100	R\$21,51	R\$2.151,00
4	Fralda descartável - Tipo formato: anatômico Tamanho: M Peso usuário: 4 a 9 kg. Características adicionais: flocos de gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo. Fixação: fitas adesivas multiajustáveis. Tipo uso: noturno. Pacote com no mínimo 60 unidades	PACOTE	100	R\$82,21	R\$8.221,00
5	Fralda descartável - Tipo formato: anatômico Tamanho: G Peso usuário: 7 a 11 kg. Características adicionais: flocos de gel, abas antivazamento, faixa ajustável, tipo adesivo Fixação: fitas adesivas multiajustáveis. Tipo uso: noturno. Pacote com no mínimo 60 unidades	PACOTE	100	R\$82,21	R\$8.221,00
6	Creme/Pomada preventivo de assaduras - 60g	UNIDADE	130	R\$13,93	R\$1.810,90
7	Lenço umidecido - Pacotes com 200 und	PACOTE	100	R\$14,68	R\$1.468,00
8	Sabonete líquido neutro - 200ml.	UNIDADE	100	R\$14,47	R\$1.447,00

44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

9	Mamadeiras 240ml	UNIDADE	100	R\$13,88	R\$1.388,00
10	Kit com 3 cueiro - Cueiro do tipo aflanelado para bebê, 100% de algodão, 80 cm x 50 cm ou similar. Cor/tons: azul, verde, rosa, amarelo.	KIT	150	R\$27,03	R\$4.054,50
11	Manta Infantil - 100% algodão 75 cm x 75 cm ou similar.	UNIDADE	100	R\$21,77	R\$2.177,00
12	Fraldas Tecido - Fraldas de tecido. Fraldas de pano tecido duplo, extra absorvente, composição 100% algodão, medida mínima 65 x 65 cm. Embalagem com 5 fraldas de pano	PACOTE	200	R\$21,35	R\$4.270,00
13	Bolsa - 30 cm de Altura x 40cm de Largura x 17cm de profundidade; confeccionadas em Corino ou similar sendo impermeável; com forro interno em TNT ou outro similar; Cor/tons: azul, verde, rosa, amarelo; Alças de mão dupla e alça de ombro removível. Sugestão de divisórias da bolsa: 01 divisória principal com fechamento em zíper.	UNIDADE	100	R\$65,85	R\$6.585,00
14	Banheira - Material plástico resistente opaco, Capacidade: 20 litros. Dimensão: Comp. 73,5cm x Larg 41,5cm x Alt 23cm; Fundo ondulado, design arredondado, sem parte cortantes, com espaço para sabonete e válvula de escoamento. Cor: azul, verde, rosa, amarelo.	UNIDADE	100	R\$34,97	R\$3.497,00
15	Trocador Fraldas Portátil - Dimensões: 60 cm x 30cm. Material: Tecido de confecção em algodão ou poliéster azul, verde, rosa, amarelo revestido de plástico PVC transparente; Enchimento em fibra de poliéster.	UNIDADE	100	R\$22,08	R\$2.208,00
16	Conjunto Higiene - Uso: recém-nascido Composição: saboneteira, escova para cabelo e pente, tipo embalagem kit para banho.	CONJUNTO	100	R\$22,80	R\$2.280,00
17	Conjunto Pagão - Tamanho RN, liso, fabricado com malha 67% algodão e 33% poliéster ou similar. Com 5 peças (calça,	CONJUNTO	300	R\$22,89	R\$6.867,00



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

	camisetinha, casaquinho, luva e sapatinho). Cor/tons: azul, verde, rosa, amarelo.				
18	Conjunto Passeio- Tamanho M, liso, fabricado com malha 67% algodão e 33% poliéster ou similar. Com 2 peças (body + short , body + calça ou vestido) . Cor/tons: azul, verde, rosa, amarelo.	CONJUNTO	100	R\$22,03	R\$2.203,00

3.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.1.1. O Termo de Referência;

3.1.2. A proposta do Contrato;

3.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

44



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 62.654,40 (sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/05/2025

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, tendo a Administração o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

44



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- k) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

- a) Moratória de até 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Compensatória de 15% a 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

- 11.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.6.** As multas serão recolhidas em favor do Município de Jequiá da Praia, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- 11.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.8.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 11.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art.158 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante
- 11.11.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.11.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.11.2.** as peculiaridades do caso concreto;



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

11.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.11.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO

12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

TIPO DE EMPENHO	ORDINARIO
PROJETO/ATIVIDADE	1900 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO DE DESPESAS	3.3.9.0.32 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
AÇÃO	2156 – PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS/CRIANÇA FELIZ

11.12. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



**ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO**

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel dos Campos para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de Roteiro, 17 de junho de 2025.

ADRIANA DA SILVA MUNIZ DOS SANTOS
DELEGATÁRIA – PORTARIA Nº 57/2025
Pela CONTRATANTE

ARYLANNY ARYZY CALHEIROS DE AMORIM
Pela CONTRATADA

ADELAÏNE CRISTINA MARQUES DA COSTA
GESTOR

PORTARIA Nº 101, DE 18 DE JUNHO DE 2025.

Dispõe sobre a manutenção e complementação de feriado e ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal de Roteiro/AL para o mês de junho de 2025.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ROTEIRO**, Estado de Alagoas, através do Secretário Municipal de Administração, **DARLAN CAVALCANTE DAS NEVES**, conforme Portaria de Delegação de nº 48/2025,

CONSIDERANDO o disposto no **Decreto Municipal nº 04, de 28 de fevereiro de 2025**, que estabeleceu o calendário oficial de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2025;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar com antecedência o funcionamento dos órgãos públicos municipais durante as festividades religiosas e culturais do mês de junho;

RESOLVE:

Art. 1º Altera para Feriado no dia 19 de junho de 2025 (quinta-feira), celebração de **Corpus Christi**, conforme já previsto no Decreto Municipal nº 04/2025, para todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, ressalvados os serviços essenciais que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.

Art. 2º Fica decretado ponto facultativo no dia 23 de junho de 2025 (segunda-feira), véspera do feriado municipal de **São João**, para todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta, ressalvados os serviços essenciais que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção.

Art. 3º Fica ratificado o feriado municipal do dia 24 de junho de 2025 (terça-feira), alusivo às festividades de **São João**, conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 04/2025.

Art. 4º Os dirigentes dos órgãos e entidades da Administração Municipal deverão adotar as providências necessárias para garantir a continuidade dos serviços essenciais à população nos dias mencionados.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Roteiro, AL, 18 de junho de 2025.

DARLAN CAVALCANTE DAS NEVES
Delegatário
Portaria nº 48/2025

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO

Comissão Permanente de Contratação
Publicação do Extrato da Ata de
Registro de Preços

Ata de Registro de Preços nº 01/2025 – Processo nº 02.05.001/2025 Pregão Eletrônico nº 01/2025 – Fundamentação Legal: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 14.133/2021– Fornecedor **EVANIO DOS SANTOS MELO ME – FUNERÁRIA SÃO BENEDITO** inscrita no CNPJ sob o nº 01.319.960/0001-81, Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no serviço funerário continuado com fornecimento de urna e traslado – Itens: 01, 02, 03 e 04 – Valor global: R\$ 79.995,00 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais) Vigência: 12 (doze) meses.

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROTEIRO

Comissão Permanente de Contratação
Publicação de Extrato de Contrato

Contrato Dispensa Nº04.29.001/2025 – Processo Administrativo Nº04.29.001/2025 – **DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE VALOR** – Fundamentação Legal: Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21 – Contratado: **ARYLANNY ARYZY CALHEIROS DE AMORIM – BABY HOUSE.**, inscrita no CNPJ de nº 05.972.981/0001-52 - Objeto contratação de empresa para aquisição de kit enxoval infantil destinado para o programa criança feliz – Valor global: R\$ 62.654,40 (sessenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) – Vigência: 12 (doze) meses.